



<b>Bolsas</b> Na quarta-feira	<b>Pontuação B3</b> Ibovespa nos últimos dias	<b>Dólar</b> Na quarta-feira	<b>Salário mínimo</b>	<b>Euro</b> Comercial, venda na quarta-feira	<b>CDI</b> Ao ano	<b>CDB</b> Prefixado 30 dias (ao ano)	<b>Inflação</b> IPCA do IBGE (em %)
0,73% São Paulo	157.739 14/11 17/11 18/11 19/11	R\$ 5,338 (+0,39%)	R\$ 1.518	R\$ 6,150	14,90%	14,90%	junho/2025 0,24 julho/2025 0,26 agosto/2025 -0,11 setembro/2025 0,48 outubro/2025 0,09
0,1% Nova York		Últimos					
		13/novembro 5,298					
		14/novembro 5,297					
		17/novembro 5,331					
		18/novembro 5,317					

AGRO

# Trump retira produtos brasileiros do tarifação

Seleção inclui itens como carne bovina, café, cacau e açaí que entraram nos EUA a partir de 13 de novembro. Norte-americano citou conversa que teve com o presidente Lula como uma das justificativas para a nova medida

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, assinou ontem uma ordem executiva para retirar as tarifas adicionais de 40% sobre alguns produtos brasileiros. A decisão publicada pela Casa Branca inclui carne bovina, café, açaí, cacau, entre outros. São mais de 200 itens que foram acrescentados à lista de exceções do tarifação aplicado ao Brasil.

Como justificativas para a retirada das tarifas adicionais, Trump citou uma conversa com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 6 de outubro, e recomendações de funcionários da Casa Branca. O governo republicano corre contra a inflação de produtos do varejo. Segundo o índice oficial de inflação do país (CPI), itens comercializados nos EUA que são importados do Brasil, como café e carne bovina, acumularam, respectivamente, alta de 20% e 18% em relação a 2024.

Esses dois itens estão livres de sobretaxa de 40%, segundo o comunicado oficial. Também estão de fora desse tarifação cacau em pó, açaí, banana, limão, mamão, laranja, coco, mate, castanha-de-caju e

especiarias como canela, pimenta, baunilha, pimenta, cravo e noz-moscada.

A decisão vale para produtos que entraram nos EUA a partir de 13 de novembro, mesmo dia da reunião entre o ministro das Relações Exteriores brasileiro, Mauro Vieira, e o secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio. Na ocasião, eles trataram sobre o tarifação e sinalizaram interesse em resolver o caso.

O tarifação imposto pelos Estados Unidos a produtos brasileiros foi colocado por Donald Trump, em julho, sob a justificativa de que o governo brasileiro perseguiu o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), condenado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) por tentativa de golpe de Estado.

## Lula se manifesta

A derrubada das tarifas foi comemorada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. “Eu estou muito feliz, porque o presidente (Donald) Trump já começou a reduzir algumas taxações que eles tinham feito a alguns produtos brasileiros”, disse o petista, em discurso no Salão do Automóvel, em São Paulo.

Segundo o chefe do Planalto, a retirada das tarifas de 50% foi um

Embaixada do Brasil



Mauro Vieira e Marco Rubio se reuniram neste mês para tratar da revogação das tarifas adicionais

sinal de que o Brasil agiu com respeito diante das negociações. “Essas coisas (retirada da tarifa) vão acontecer na medida em que se consiga galgar respeito das pessoas. Ninguém respeita quem não

se respeita. Você tem que fazer aquilo que é possível fazer na hora que tem que fazer”, afirmou.

Após a fala de Lula, o Ministério das Relações Exteriores também se manifestou. O Itamaraty disse ter

recebido com “satisfação” a retirada do tarifação a diversos produtos brasileiros e ressaltou a “disposição” do governo brasileiro para “solucionar” questões entre os dois países.

## Setores celebram

A Associação Brasileira da Indústria Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (Abiec) comemorou, em nota, a decisão assinada pelos Estados Unidos. Segundo a entidade, o comunicado do governo norte-americano age em prol da “estabilidade do comércio internacional”.

“A Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec) celebra a decisão dos Estados Unidos de retirar as tarifas sobre a carne bovina. A reversão reforça a estabilidade do comércio internacional e mantém condições equilibradas para todos os países envolvidos, inclusive para a carne bovina brasileira”, diz.

Procurada pelo **Correio**, a Câmara Americana de Comércio para o Brasil (Amcham) avaliou como “muito positiva” a eliminação das sobretaxas. “A medida representa um avanço importante rumo à normalização do comércio bilateral, com efeitos imediatos para a competitividade das empresas brasileiras envolvidas e sinaliza um resultado concreto do diálogo em alto nível entre os dois países”, destacou.

## TRIBUTÁRIO

# Novo IR escancara disparidade social

» RAFAELA GONÇALVES

A reforma do Imposto de Renda (IR) deve provocar mudanças importantes na distribuição de renda no país, mas também revela como as desigualdades de gênero e de raça seguem estruturando o sistema tributário brasileiro. Essa é a constatação do estudo A raiz da desigualdade está no topo — os impactos distributivos de classe, raça e gênero na nova Reforma Tributária da renda, lançada pela Oxfam Brasil, ontem, Dia da Consciência Negra.

O levantamento analisa os efeitos do PL 1.087/2025, que amplia a faixa de isenção do Imposto de Renda para trabalhadores que recebem até dois salários mínimos ou até R\$ 5 mil mensais, enquanto aumenta a tributação aplicada às rendas mais altas. Os dados mostram que o grupo que passará a ser alcançado pelo novo imposto mínimo sobre altas rendas permanece majoritariamente formado por homens (82,3%) e pessoas brancas (80%).

Para a Oxfam, isso reforça um padrão histórico, em que aqueles que concentram a renda no topo da pirâmide são também os que, proporcionalmente, pagam menos impostos. “Esses números mostram claramente quem se beneficia do atual sistema tributário regressivo. A taxação dos super-ricos não é apenas uma questão econômica, mas de justiça social e racial”, afirma a diretora-executiva da Oxfam Brasil, Viviana Santiago.

A pesquisa aponta também que

a reforma pode aliviar o bolso de cerca de 12 milhões de brasileiros, que devem ser beneficiados com isenção ou redução do IR. Esse grupo, no entanto, não é homogêneo, 59% dos beneficiados são homens e 41%, mulheres. No recorte racial, 58,7% são pessoas brancas e 41,3%, negras. Embora a desoneração seja relevante, a Oxfam considera que o ponto central da proposta seja o aumento da progressividade.

“Esses resultados mostram que os efeitos distributivos são tão ou mais significativos do que a desoneração. Por isso, a tributação dos super-ricos é a medida principal, é o ponto-chave na promoção de justiça tributária e redução de desigualdades, principalmente para as mulheres e para as populações negras”, ressalta a coordenadora de Justiça Social e Econômica da Oxfam Brasil, Carolina Gonçalves.

## Alívio tributário

Segundo os cálculos apresentados, as mulheres devem registrar um ganho anual de R\$ 890 milhões com a mudança, enquanto a população negra seria beneficiada em R\$ 2,9 bilhões por ano. Esses valores representam o alívio tributário acumulado para esses grupos a partir das novas faixas de isenção.

Para viabilizar essas alterações, o governo propõe uma alíquota mínima de até 10% sobre cerca de 141 mil brasileiros, o equivalente a apenas 0,13% da população, que recebe mais de R\$ 50 mil por mês ou R\$ 600 mil por ano. Para a Oxfam, esse desenho evidencia o

## Peso desigual

Levantamento expõe que quem ganha mais paga menos, distorção que a reforma tenta corrigir

### QUEM GANHA COM A NOVA ISENÇÃO

Isentos até 2 salários mínimos ou R\$ 5 mil/mês

12 milhões de brasileiros beneficiados

59% homens e 41% mulheres

58,7% brancos e 41,3% negros

### ALÍVIO TRIBUTÁRIO ESTIMADO

Mulheres: + R\$ 890 milhões/ano

População negra: + R\$ 2,9 bilhões/ano

### QUEM PAGA A CONTA

141 mil brasileiros (0,13% da população)

Renda acima de R\$ 50 mil/mês ou R\$ 600 mil/ano

Alíquota mínima proposta: até 10%

Perfil desses contribuintes: 82,3% homens e 80% brancos

grau de concentração de renda no país, um grupo extremamente restrito possui renda suficiente para financiar o alívio tributário destinado a milhões.

O estudo também destaca uma distorção histórica da tabela do Imposto de Renda. Desde sua criação, em 1996, a tabela deixou de



ser reajustada em 12 dos 26 anos em que está em vigor, o que gerou uma defasagem média de 154,67%, segundo cálculos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

Na prática, quem ganha menos acaba sendo empurrado para faixas de cobrança cada vez

maiores, mesmo sem aumento real de renda.

Para Carolina Gonçalves, os números reunidos mostram o tamanho do desafio. “Os impactos numéricos estimados pela implementação da medida dão pistas do tamanho da desigualdade no Brasil, já que 141 mil pessoas podem

aliviar o bolso de outras 12 milhões”, enfatiza. “Diante disso, para garantir o impacto redistributivo positivo e a redução das desigualdades de raça e de gênero, é preciso tributar os mais ricos. Para que haja justiça tributária, é necessário o enfrentamento da concentração de riqueza no país”, acrescenta.